Uma planta fortalezense de 1850 reencontrada

José Liberal de Castro (*)

Por longo tempo, o autor deste artigo tentou localizar uma *Planta da Cidade da Fortaleza*, organizada em 1850 por Antônio Simões Ferreira de Farias, cordeador da Câmara Municipal. Na procura, como pista, contava apenas com algumas informações prestadas pelo Barão de Studart, que possuía cópia do documento, integrante de sua rica mapoteca. Baldadas as pesquisas locais, eis que recentemente, surpreso, o autor deparou no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro uma cópia da planta de 1850.

A planta e o seu importante conteúdo gráfico constituem o motivo desta notícia.

A coleção cartográfica do Barão de Studart

Guilherme, Barão de Studart, em suas andanças e por meio de suas amizades culturais, conseguiu organizar uma notável coleção de mapas da terra cearense. No conhecido trabalho, intitulado *Geographia do Ceará*, incluído na Revista do Instituto do Ceará – tomo 37, de 1923: 160-384, Studart relaciona, em ordem cronológica, um conjunto de 162 cartas alusivas a temas diversos[1].

(*) Sócio Efetivo do Instituto do Ceará.

[1] A *Geographia do Ceará* foi publicada em livro no ano seguinte (1924). Antes, Studart já havia escrito sobre cartografia cearense (STUDART, 1896:254-6), (STUDART, 1906: 65-136).

- A *Geographia* consta de três matérias distintas:
- um *Histórico* (do Ceará), dos primeiros tempos até a data da publicação (p. 160-233);
- um arrolamento de *Figuras do Ceará Colonial*, dividido por séculos (p. 234-335);
- uma relação dita *Cartographia, Mappas, Cartas etc / Referentes ao Ceará* (p. 335-384).

Este último capítulo justifica a denominação do trabalho do historiador.

O conjunto de peças da coleção cartográfica de Studart distribuía-se em blocos relativos ao período colonial (46 cartas), ao restante do século XIX (72 cartas) e às duas primeiras décadas do século XX (44 cartas). Em maior parte, constava de cópias de mapas, sendo pouco numerosas as reproduções obtidas por meios mecânicos, no caso, as mais recentes. As cartas antigas da coleção foram executadas por processos artesanais, portanto, com precisão relativa, embora muitas delas transcrevessem registros gráficos recolhidos em trabalhos de campo por via de aparelhagem e métodos então atualizados. Boa quantidade de cartas do período colonial refere-se à costa do Ceará ou da região, interesse temático que se mantém nos mapas do século XIX, conquanto estes já apareçam elaborados em escala maior, às vezes, tratados com pormenores, até porque muitos deles se relacionavam com projetos de intervenção física, em particular, no setor portuário. Grupo menor de peças abrange a cartografia urbana, matéria de manifesto interesse do autor deste artigo.

Cartografia e objetividade

A procura da verdade histórica, tentada por meio de consulta a documentos comprobatórios do fato, constitui, sem dúvida, metodologia de trabalho perfeitamente justificável. No fim de contas, não se podem analisar ou interpretar fatos desconhecidos. Trata-se de poderoso e inquestionável modo de acesso ao conhecimento, todavia, é claro, sempre passível de dúvidas, posto que, submetido ao crivo da análise crítica, o documento pode revelar-se falso ou, em sendo autêntico, talvez encubra mentiras.

Torna-se difícil discordar dessa metodologia e dos conceitos que a envolvem, porém discutível quando tomada como caminho único, excludente e infalível, visto que, afora o documento escrito, há inúmeros outros meios de obtenção de conhecimento do passado, tais como as fontes secundárias responsáveis, as prospecções arqueológicas, o estudo dos artefatos, à parte os recursos da história oral.

Studart e o interesse pela cartografia

O mapa é, antes de tudo, uma representação gráfica. Ou, mais precisamente, um documento gráfico de representação objetiva de uma realidade física - espacial e temporal, cuja veracidade pode ser comprovada por via do rebatimento sobre o território. Os mapas antigos, entretanto, seja por decorrência da falta de conhecimentos de técnicas de representação especializadas, seja por quaisquer outras razões (até por desejos de enganar), mostram confiabilidade limitada. Além do mais, nos mapas antigos, em termos de fidelidade de representação, outros problemas por vezes surgiam quando da extração manual das cópias, cuja autenticidade dependia da qualificação técnica ou da honestidade dos copistas. Quanto à busca de informações corretas, vale acrescentar que as dúvidas também se estendem aos mapas de conjuntos urbanos, no caso, cartas atinentes a áreas de extensão determinada e, portanto, executadas em escala maior. Mais dificuldades pode ainda deparar o analista, de modo especial quando lida com desenhos que se referem a planos e projetos, isto é, com obras por materializar, quer executadas em parte quer jamais levadas a cabo.

O interesse de Studart por cartografia, quer dizer, pelo documento elaborado segundo o enunciado de regras e convenções gráficas próprias, tanto se coadunava com as tendências de seu próprio espírito, curioso e severo, como também se ajustava ao estudo positivo da história, consoante os padrões da época. Sob este aspecto, não se deve esquecer de que Studart era médico, profissão da qual nunca se afastou de todo[2], o que por certo o levava ao exercício de um rigor científico em suas atividades e à busca de uma isenção de juízo, como se sabe, bastante difícil no campo dos estudos historiográficos.

[2] Em 1918, já com mais de 60 anos, Studart apresentava na revista do Centro Médico o trabalho *A morféia no Ceará* e, em 1921, fazia uma conferência intitulada *Alguns problemas em torno da tuberculose e o operariado*.

O desaparecimento da coleção Studart

Há muito tempo, o autor da presente notícia, tomou ciência do triste fim da Coleção Studart, indignando-se, é claro, com o fato inacreditável. Sem encontrar explicação plausível para o ocorrido, jamais se conformou com a inexorável realidade. Por força de algumas evidências, acredita que o acervo documental de Studart, conservado em sua residência[3], ficou parcial ou totalmente abandonado após o falecimento do historiador em 1938. A coleção, por certo depositada na parte posterior da casa, veio a sofrer a ação de chuvas copiosas, que provocaram desabamentos, destelhamentos e invasões de águas, que deterioraram os desenhos. Estes, guardados em rolos, tiveram as aquarelas, as aguadas e os guaches diluídos e borrados, empapadas e coladas as folhas de cartolina, de papel ou de tela. Enfim, a preciosa mapoteca transformou-se em material inútil, encaminhado à coleta de lixo...[4].

Estas considerações destinam-se a patentear um terrível e lamentável contraste. Por um lado, o cuidado meticuloso e paciente do historiador em reunir, ao longo de anos, uma das mais valiosas mapotecas particulares do País, enquanto, por outro lado, a inutilidade do seu esforço, ante o descaso e a ignorância que redundaram no completo desaparecimento de sua coleção de cartas! *Sic transit...*

A difícil recomposição da coleção Studart

Por interesse de suas atividades de arquiteto envolvido em estudos de forma urbana, o autor deste artigo tem procurado, a pouco e pouco, recompor a coleção Studart, freqüentando arquivos não cearenses, onde possam estar guardados estes ou aqueles

[3] Studart morava no sobrado de sua propriedade, erguido na rua Barão do Rio Branco nº 710, do qual subsiste apenas a fachada de frente, completamente descaracterizada. O restante da edificação foi arrasado, a fim de servir como estacionamento de veículos.

[4] "Ainda mais confrangeria dizer do destino que teve a biblioteca de Studart, assim como sua mapoteca misteriosamente desaparecida". (GIRÃO, 1955: 26).

desenhos cujas cópias foram relacionados pelo historiador. É compreensível que privilegie a busca de cartas relativas a assuntos pertinentes ao seu fazer profissional, o que o não impede de sempre se regozijar com o achamento do que não buscava...

Em suas pesquisas, o autor logo pôde perceber que algumas peças de abrangência puramente local, nunca foram e nem jamais serão achadas [5]. Em compensação, descobriu cartas valiosas, desconhecidas por Studart. Impõe-se assinalar que, em sua quase totalidade, os mapas enumerados por Studart eram conhecidos e mencionados por outros autores ou até divulgadas publicamente em exposições cartográficas, o que, de certo modo, permite a recomposição, pelo menos parcial, de sua coleção[6]. Como se vê, ao contrário dos documentos escritos divulgados pelo historiador, todos inéditos. Os mapas haviam sido publicados ou expostos.

Cartografia urbana fortalezense

Nos trabalhos de recomposição do acervo cartográfico do Barão de Studart, o autor desde artigo, como já se noticiou, teve a grande e imprevista satisfação de encontrar, no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, cópia de uma das plantas fortalezenses, de há muito insistentemente procurada. A planta assim aparece arrolada na coleção do historiador:

> *Nº 64. Planta da Cidade da Fortaleza, mandada levantar pela Camara Municipal e levantada por Antonio Simoens Ferreira Faria. 1850. Estado actual. Dessa Planta ha na Intendencia*

[5] Os mapas elaborados manualmente e de restrito interesse local ficaram sob guarda da Câmara Municipal fortalezense. Acham-se totalmente desaparecidos, salvo aqueles cujas cópias foram encaminhadas a instituições fora dos limites do Estado.

[6] Em bom número, as cartas da coleção Studart eram cópias de originais ou de cópias apresentadas na célebre *Exposição de História do Brasil*, realizada no Rio de Janeiro em 1881 e complementada com material exibido em outras mostras organizadas posteriormente. Tal não significa afirmar que Studart se teria amparado no catálogo daquela ou de outras exposições nacionais nem que suas cartas fossem cópias diretas das peças então expostas. Na verdade, foram inúmeros os mapas encontrados pelo historiador em arquivos portugueses.

> *Municipal de Fortaleza, uma copia tirada pelo seu architecto João Sabóia Barbosa, e tendo a data de 11 de Março de 1918.* (STUDART, 1823: 362).

Essa referida planta, sob nº 64, executada em meados do século XIX, formava dupla com outra da mesma época, relacionada pelo historiador sob nº 65. Conquanto ainda não localizada, dela se transcrevem as informações oferecidas por Studart, tal o interesse correlato que despertam:

> *Nº 65. Planta da Praia da cidade da Fortaleza, mandada levantar pela Câmara Municipal e levantada por Antonio Simoens Ferreira de Faria. 1852.*
>
> *Antonio Simões, por algum tempo arruador e cordoador [7] da Camara de Fortaleza, que foi sogro de Bernardo Pinto Coelho, era de nacionalidade Portuguesa e morava á rua do Sampaio num sobradinho, hoje substituído pela casa de residencia de Mons.or Liberato Dyonisio da Costa*
>
> *Entre esse sobradinho e uma casa de palha em que nasceu o professor José Henriques, e hoje é a casa de 2 portas em que morou o Protonotario Mons.or Bruno de Figueiredo, desembocava uma rua cheia de tortuosidades, que endireitada e modificada é a actual rua d'Assembléa, trecho que vae da casa do Dr. Virgilio de Moraes até a Rua do Sampaio.*
>
> *A Antonio Simões se devem a estrada de rodagem entre Fortaleza e Maranguape e a 1ª. ponte existente no trecho da rua á esquerda do Palacio Episcopal na subida para o Seminário.* (STUDART, 1923: 362).

[7] *Cordoador* seria gralha de impressão ou corruptela de uso local. Os dicionários assinalam o vocábulo *cordeador*, como aquele que cordeia. "CORDEAR, v. a. (archit.) medir alguma cousa com corda. 'Cordear e designar o edificio de Santo Antão.' Telles, Hist. de companhia, t. II, p..21, col.". (RODRIGUES, 1875: 123). Antes do emprego de correntes e fitas metálicas, recorria-se, nas medições de terrenos e de edificações, a cordas enrijecidas por engraxamento: "Corda de tripa são fios de linho, estopa ou lã, torcidas entre si, de que se fazem cordas de differentes grossuras, que têem diversas applicações, mesmo na arte de edificar. V. *Cabo*". (Id., 1875: 123).

Antônio Simoens Ferreira de Farias

O nome de Antônio Simoens Ferreira de Farias merece destaque na história da *forma urbis* fortalezense. Há de se ter iniciado bastante jovem em atividades de construção civil, pois participou, em 1812, na condição de auxiliar de Paulet, tanto nas obras de edificação do antigo mercado como nos trabalhos de implantação do novo plano de desenho ortogonal aplicado à vila.

Quando Paulet deixou o Ceará em 1820, Farias continuou integrado ao quadro mínimo de profissionais da municipalidade. Trabalhou por décadas como *arruador* da cidade, ajustando e ampliando o plano de Paulet, bem como exercendo paralelamente atividades outras no serviço público e no setor privado. Em 1857, sentindo-se cansado e sem condições de pleno exercício das suas funções, aposentou-se. Foi substituído por Adolfo Herbster, que havia chegado à cidade dois anos antes (CASTRO, 1994: 57).

Ao mestre de Farias, a Antônio José da Silva Paulet (1778-1837), tenente coronel de engenheiros, ajudante de ordens de Manuel Ignácio de Sampaio (1779-1842), governador da Capitania entre 1812 e 1820, devem o Ceará e sua capital inúmeras realizações no campo da cartografia, as quais formam um notável conjunto de plantas urbanas e mapas da Capitania. A esses trabalhos de Paulet, juntam-se obras de arquitetura civil e militar, realizações de vulto, entre as quais assoma a Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção[8]. Quanto à contribuição de Antônio Simões de Farias, é certo que participou, se não em todas as obras de Paulet, pelo menos daquelas patrocinadas pela Câmara Municipal fortalezense.

[8] Sobre Paulet, vida e realizações, ver as considerações expedidas pelo autor deste artigo em *A Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção da Capitania do Ceará Grande*, trabalho elaborado recentemente, destinado a inscrever a fortificação nos Livros do Tombo Histórico, Artístico e Paisagístico do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (CASTRO, 2005: 58-65).

Documentação gráfica que Farias conheceu por contato direto ou por referências

Durante o longo período em que serviu a cidade, Antônio Simões Ferreira de Farias deve ter mantido contacto com mapas fortalezenses, entretanto, provavelmente apenas com aqueles executados por Paulet, todos, aliás, a pouco e pouco, ultrapassados pelo crescimento urbano.

Em dias anteriores, por sua pequenez física e econômica, a vila da Fortaleza da Assunção, por assim dizer, não mereceu registros gráficos específicos. Durante todo o século XVIII, provavelmente foi tentada apenas a elaboração de um mapa urbano durante aquele longo período, sem dúvida, a mais antiga representação gráfica fortalezense. A referência ora é feita ao desenho intitulado *Villa Nova da Fortaleza de N. S. da Assumpção da Capitania do Ceará Grande*, mandado tirar pelo capitão-mor Manuel Francês, em 1731, guardado no Arquivo Ultramarino de Lisboa. Simões de Farias, é quase certo, jamais viu no desenho de Manuel Francês, até porque pouco ou nada lhe interessaria o manuseio da planta do capitão-mor, na verdade, uma fantasia gráfica, de inquestionável valia no campo da expressão artística popular, mas que não refletia a realidade física da vila nos tempos de sua instalação. Preparado em Portugal cinco anos depois do evento e feito com a ajuda de reminiscências do interessado, o desenho foge à escala do território, incide em exageros e aponta obras não edificadas, inverdades estas até compreensíveis, já que subiu às mãos do rei acompanhando uma petição em que Manuel Francês solicitava recompensa às despesas pessoais efetuadas com a instalação da vila da Fortaleza em 1726 [9].

[9] Entre outras razões, menciona-se esta planta porque Studart não a conheceu, embora o original estivesse guardado em arquivos portugueses. A planta, que integra o acervo do Arquivo Nacional Ultramarino, de Lisboa, na verdade, foi descoberta e divulgada pelo padre Serafim Leite em sua *História da Companhia de Jesus no Brasil*, obra editada quando o Barão já havia falecido (LEITE, 1943: 83-4).

Se Farias nunca teve em mãos o desenho de Manuel Francês, executado havia quase um século, por certo, estabeleceu contatos pessoais com o capitão de fragata Francisco Antônio Marques Giraldes, o qual, em 1810, por pedido do governador Luís Barba Alardo de Meneses, tirou uma nova planta da vila. O mapa de Giraldes, denominado *Plano aproximado da Enseada da Villa de N. S. da Assumpção*, de algum modo, somente tratava da batimetria da bacia portuária, limitando-se a oferecer, em planta, indicações terrestres mínimas sobre a organização espacial da vila. O *Plano* fazia par com outro desenho, o *Prospecto do porto da Fortaleza do Siará Grande*, desenhado e pintado por Giraldes, em que a vila aparece como se fosse vista do mar, *à vol d'oiseau*, revelando, em perspectiva, uma preciosa imagem da diminuta Fortaleza do alvorecer do século XIX (CASTRO, 1997: 38-57)[10].

A Farias, é claro, para o seu quotidiano de arruador, interessavam unicamente as plantas tiradas por Paulet, em particular aquela que se destinou a orientar o novo traçado ortogonal da vila, datado de 1812, exposto no "Plano desta Villa" (...) "guardado na mão do Procurador do Concelho" (na Câmara Municipal) (CASTRO, 1994: 49). Amparado pelo "Plano" de Paulet e seguindo-lhe os desígnios, Farias dará assim prosseguimento à traça da cidade. Conforme se observa na planta elaborada em 1850, por concepção própria ou segundo alguma decisão de Paulet, Farias visualizava a cidade dividida em dois sistemas de expansão, ambos em xadrez, porém sem continuidade no risco das vias. Como se comentará no desenvolvimento do texto, os propósitos de Farias, por razões alheias à sua vontade, não vieram a se cumprir.

[10] Até o momento, não se conhece qualquer planta da vila realizada entre 1731 e 1810. É quase certo que nada foi executado, pois era reduzidíssima a aglomeração fortalezense. No último daqueles anos, contaria com 1200 habitantes, boa parte dos quais vivendo em condições precárias. Ambos os desenhos de Giraldes encontram-se arrolados na Coleção Studart. O *Plano*, sob nº 30 e o *Prospecto* sob nº 33 (STUDART, 1923: 351-2). Os originais se encontram no Arquivo Histórico do Exército, no Rio de Janeiro (CASTRO, 1997: 38-44 e 46- 54).

As plantas de Simoens de Farias

As plantas de Paulet, que enfocavam espacialmente a vila e das quais Studart possuía um conjunto de seis cópias[11], mais ofereciam sugestões de traçado do que diretrizes geometricamente precisas. Datavam todas dos anos em que Simões de Farias prestava colaboração à Câmara Municipal e ajudava Paulet. Quanto às relações de trabalho entre ambos, vale assinalar que da planta sob *nº 37, Carta Maritima e Geographica da Capitania do Ceará*, datada de 1817, constam os dizeres: "Paulet a desenhou. Faria a escreveu". A nota demonstra a participação de Farias nas atividades técnicas de Paulet, que executava suas cartas de próprio punho, fazendo o auxiliar legendá-las (STUDART, 1923: 353).

Por volta de meados do século XIX, conquanto mínima ante os olhos de hoje, a cidade havia crescido, principalmente se cotejada com a vila dos dias de Paulet. Passadas mais de três décadas, impunha-se portanto o levantamento de plantas atualizadas, necessidade de que resultou a solicitação feita pela Câmara a Farias para elaborar novas cartas da cidade. Desse pedido, originaram-se as plantas organizadas por Farias em 1850 e 1852, relacionadas e descritas pelo Barão de Studart, citadas em item anterior. No atual estado de conhecimento da referida documentação gráfica, somente a planta de 1850 pode ser analisada, porque é a única de que se dispõe. Deve-se porém lembrar que, em abrangendo toda a cidade, a planta de 1850 incluía a zona chamada da *Praia*, o que, de certo modo, a torna um substitutivo da planta setorial de 1852.

[11] A coleção Studart contava com seis cartas da autoria de Paulet. Aparecem assinaladas sob nº 35, a de 1816; sob nº 36, a de 1817 ; sob nº 37, a de 1817 (com encarte); sob nº 38, a de 1818 (com encarte); sob nº 39, a de 1818 (ampliação da anterior) e, sob nº 40, a de 1819, além de uma versão impressa em 1831, certamente à revelia ou sem o conhecimento de Paulet (carta sob nº 57). Convém assinalar que as plantas da vila da Fortaleza ou constituem versões autônomas, ampliadas, ou se apresentam como encartes de mapas gerais. Todas essas cartas são praticamente variantes ou versões da planta sob nº 36, de 1817. Como se assinalou, não constava da coleção Studart, a mais importante das plantas de Paulet, exatamente a primeira que executou, entregue à Câmara em 1812, referente ao plano de extensão da vila.

A planta de 1850 e outras plantas quase contemporâneas

Segundo legenda pertinente, a cópia da planta de 1850, guardada no Arquivo Nacional, foi extraída em 1883. Não se sabe se o original já estaria então deteriorado ou se a cópia foi executada por interesse de algum colecionador local ou do próprio copista, que a teria levado para o Rio de Janeiro. A hipótese de que, até os dias de publicação da *Geographia do Ceará*, a planta original de Farias ainda se mantivesse preservada, é plausível, pois, como foi visto, Studart afirma que *Dessa Planta há na Intendencia Municipal de Fortaleza, uma copia tirada pelo seu architecto João Sabóia Barbosa, e tendo a data de 11 de Março de 1918* [12].

Cartografia urbana fortalezense de meados do século XIX

A análise do desenho elaborado por Simões Farias em 1850 possibilita melhor entendimento do espaço urbano fortalezense nos anos centrais do século XIX. Deve, contudo, ser complementada com o exame da planta preparada pelo padre Manuel do Rego Medeiros, datada de 1856, que mostra, já materializada, a sugestão discretamente insinuada na planta de Farias.

[12] João Sabóia Barbosa (Fortaleza, 1886 - Rio de Janeiro, 1972), figura como uma das mais altas expressões do ecletismo arquitetônico cearense. Desenhista e aquarelista primoroso, foi professor de desenho na Escola de Agronomia, da qual se inclui entre os fundadores, no Liceu do Ceará e também no Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, por concurso público. Projetista de arquitetura e engenheiro eletricista diplomado pela Universidade de Liverpool, na Inglaterra, Sabóia Barbosa responde pela autoria de inúmeras obras queridas dos fortalezenses, entre as quais bastaria citar o edifício da Caixa Econômica, na praça do Ferreira, e o palacete Gentil, em sua versão original, edificação posteriormente muito ampliada para servir de sede da Reitoria da Universidade Federal do Ceará. Sobre João Sabóia Barbosa e sua época, ver, do autor, texto específico intitulado *Arquitetura Eclética no Ceará*, incluído em *Ecletismo na Arquitetura Brasileira* (org. Annateresa Fabris), São Paulo: Nobel / Edusp, 1987.

Esses desenhos também pedem cotejo com as informações prestadas por *Outro Aramac* no artigo *A Fortaleza de 1845*, que descreve a cidade de então, rua por rua, referindo endereços de morada e de trabalho de inúmeros habitantes, listando-lhes os nomes mais significativos, por profissão e por nacionalidade.

A análise da planta de Farias também requer uma superposição à *Planta Exacta da Capital do Ceará*, executada por Adolfo Herbster uma década depois, em 1859, relevada, é claro, a expansão urbana ocorrida no decênio.

As indicações da planta de 1850 podem ser aceitas, conquanto Simões de Farias, um prático cônscio de seus deveres, elaborasse seus desenhos com a ajuda de processos tradicionais já superados. Os resultados, evidentemente, não poderiam comparar-se com a "planta exacta" de Herbster, obtida com meios técnicos aplicados por um profissional de formação técnica erudita e qualificado.

As três plantas refletem três momentos da vida da cidade. Na primeira, as ligações com velhos métodos de representar. Na segunda, um desejo de expansão material da cidade, antevisto por um jovem que conhecera outras estruturas urbanas. Na última, a presença objetiva do técnico diante de um quadro físico, a busca da representação correta da organização do espaço, condição fundamental para nortear futuras intervenções na cidade, amparadas em dados concretos e imbricadas na realidade.

A planta de 1850

A cópia da planta de Simões de Farias, guardada no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, está assim referida nos fichários daquela instituição:

50 MAP 5 – Fortaleza
Planta da cidade por Simões de Farias, 1850
Copiada por José Joaquim de Oliveira, em 1883
Escala indeterminada [s.l. ; s.n.], 1883
1 planta ms. col. 59 x 59 cm.

O desenho mede 590mm x 580mm e está correlacionado com uma escala gráfica em palmos. As legendas formam dois blocos, à direita e à esquerda da prancha. Os trechos da cidade já construídos são apresentados em faixas pintadas de vermelho. As dilacerações da folha de desenho foram emendadas por meio de processos inadequados, com marcas perceptíveis na cópia impressa.

Do bloco à esquerda, no alto, em várias linhas superpostas, constam os dizeres:

> *Planta da Cidade da Fortaleza organizada Antonio Simões Ferreira de Farias em 1850 desenhada em escala reduzida por J. J. de Oliveira em 1883.*

À direita da prancha, no alto, com a mesma disposição, lêem-se as explicações:

> *O projecto de ruas e travessas vão marcadas com ..... / As frentes de casas feitas com um risco preto sobre os m^mos. pontinhos / As obras q têm de ser demolidas p^a. o projectado. / Nota do Señr / Simões de Farias.*

Curiosamente, o desenho apresenta duas escalas gráficas "em palmos". A da direita, dita "de Simões de Farias" e, a da esquerda, feita por "Oliveira". Conquanto as divisões das unidades de medida em ambas escalas sejam as mesmas, na escala de Farias, fica assinalado que cada unidade gráfica corresponde a 100 palmos, enquanto, na escala de Oliveira, as mesmas unidades cobrem 200 palmos. Essa dualidade de referências subentende que a cópia de Oliveira reduziu o desenho de Farias à metade do tamanho original.

O copista tem nome desconhecido. Chamava-se José Joaquim de Oliveira, não se sabendo se cearense ou se viera ao Ceará, contratado pelo Ministério da Agricultura a fim de fazer levantamentos urbanos.

A planta de 1850 mostra o *Norte* voltado para baixo. Era então flutuante o direcionamento da convenção hoje usualmente

empregada. No caso, como a cidade era marítima, aparecia voltada para aqueles que chegavam de navios.

Complementarmente, reforçando o que já foi dito, convém notar que, quando superposta aos levantamentos precisos da cidade atual, a planta de Farias não corresponde integralmente à realidade, mas dela se aproxima com desvios ora mais evidentes, ora menos acentuados.

Divulgação da planta de Farias

Para melhor compreensão da matéria, transcreveu-se a planta de Farias em folha anexa, infelizmente prejudicada com a redução exigida pelas dimensões do formato da *Revista do Instituto do Ceará*. Por outro lado, a impossibilidade de reprodução a cores afetou o entendimento das convenções gráficas do desenho.

Na planta de Farias, a extensão urbana foi proposta por meio de linhas pontilhadas ou, como assinala o próprio arruador: o *projecto de ruas e travessas vão marcadas com* ..... . Em face das dificuldades de leitura da trama pontilhada, providenciou-se, em folha anexa, a ampliação da planta na parte correspondente ao lado leste da cidade. Em conseqüência, as linhas pontilhadas foram fortemente reforçadas, a fim de se tornarem visíveis. No desenho, também se inseriram legendas que tentam efetuar correlação da planta de Farias com a Fortaleza atual.

O reforço das linhas pontilhadas faz perceber facilmente a orientação da malha de expansão preconizada para a parte leste da cidade, quase em diagonal, se comparada com o sistema de eixos que norteou a trama urbana realmente empregada. O traçado, com que aquela zona da cidade hoje se apresenta, nasceu da interseção do prolongamento da avenida Duque de Caxias, ou melhor, da avenida Heráclito Graça com a avenida Dom Manuel e desta, com outras vias, entre as quais a avenida Santos Dumont. Para o devido cotejo do projeto sugerido e aquele efetivamente aceito, o autor se permitiu superpor, ao desenho de Farias, o sistema de eixos condicionantes, aplicado por Herbster pouco tempo depois e que prevaleceu.

Para as devidas comparações, também foi anexada uma cópia da planta feita pelo padre Manuel Rego de Medeiros.

A cidade na planta de 1850

De acordo com a planta de 1850, a cidade, na parte arruada, encerrava-se, ao norte, na rua Nova da Fortaleza (depois, rua da Misericórdia e, hoje, João Moreira), tirada no alinhamento do quartel da Fortaleza e do hospital da Caridade, este, com obras iniciadas em 1846. A oeste, a cidade findava na rua Amélia (Senador Pompeu), embora linhas pontilhadas no desenho já indicassem o delineamento das futuras ruas da Cadeia (General Sampaio) e do Patrocínio (24 de Maio). Entre ambas as ruas, já se nota a igreja do Patrocínio, na ocasião, ainda mal começada.

Ao sul, a cidade se estendia pela citada rua Amélia, atingindo ponto impreciso, talvez à altura da atual rua Pedro I. A sudeste, bem definidos, aparecem a lagoa do Garrote (futuro Parque da Liberdade) e o açude do Pajeú, hoje aterrado (esquina de Visconde do Rio Branco com Pinto Madeira).

O riacho Pajeú constituía barreira física à expansão para leste, embora de há muito já estivesse aberta a rua do Norte (Governador Sampaio), delineada por Paulet no começo do século. Eram poucas as casas construídas nessa rua. A julgar-se pela informação de Studart, anteriormente transcrita, uma das casas situadas no atual cruzamento com a rua Visconde de Sabóia pertencia a Simões de Farias.

A chamada *Praia* mostrava uma ocupação irregular, quase espontânea, indicada no desenho de modo um tanto confuso, fato que teria motivado a contratação de Farias para fazer uma planta unicamente referida àquela parte da cidade. Quanto ao fato, não se sabe se teriam ocorrido equívocos na representação do traçado na planta de 1850 ou se este, em sendo verdadeiro, foi posteriormente recoberto por nova malha.

A planta de 1850: um projeto de expansão urbana

Alguns autores dizem que o progresso fortalezense começou depois de 1850. A referência à Capital bem que poderia ser

ampliada para a Província e para boa parte do Brasil, em particular para as regiões de economia apoiada no trabalho escravo. A lei Eusébio de Queiroz, aprovada naquele ano e cumprida por intervenção da marinha britânica, eliminou o tráfego intercontinental de cativos, fazendo desviar, para atividades produtivas de outros setores, os capitais até então nele empregados. A nova situação, todavia, praticamente em nada alterava a precária economia cearense, abalada por secas periódicas que induziam os proprietários de escravos a vendê-los para províncias mais ricas.

O progresso do Ceará e de sua capital se devia ao fato de que entre 1845 e 1877 não ocorreram grandes secas gerais, que devastassem a economia provincial. Intensificara-se a produção e a exportação algodoeira, inicialmente beneficiada pela introdução do tráfego marítimo a vapor e, logo depois, pela Guerra da Secessão (1861-1865), nos Estados Unidos. Esse conflito, privando os teares ingleses do algodão americano, valorizou o produto cearense, proporcionando uma inesperada euforia na cidade, em que não faltaram demonstrações de comportamento perdulário.

A planta de 1850 refletiria, assim, um clima de expectativa de progresso, subjacente no imaginário da população. Deste modo, ficaria explicada a decisão da Câmara de querer contar com um instrumento de exame da organização física da Capital, a fim lhe de planejar um desenvolvimento urbano controlado. Farias, o velho arruador da cidade, integrado às aspirações gerais, não apenas procurou providenciar o levantamento da realidade material que deparava, mas decidiu propor uma expansão do quadro urbano, tanto evidenciando o prolongamento previsto para as "travessas"[13] na zona ocidental da cidade, contínua, mas, principalmente, oferecendo um risco em retícula para vasta área quase desabitada, de além Pajeú.

[13] Na nomenclatura urbana fortalezense, chamavam-se "ruas" as vias norte-sul, de reconhecido prestígio social. As ruas transversais, leste-oeste, eram ditas "travessas", de valia menor. A divisão fundiária da cidade e as suas relações ambientais urbanas refletiam-se na hierarquia espacial e social.

Essa expansão sugerida, embora não consumada, constitui o motivo básico deste artigo.

Expansão prevista para o leste da cidade

A fim de tentar executar a expansão prevista para o leste da cidade, Farias tomou, como eixo de montagem da nova malha a rua do Norte (rua Governador Sampaio). Nada se sabe, aliás, sobre o que teria levado Paulet, no começo do século, à abertura da rua do Norte, implantada isoladamente em sítio alheio à malha contínua por ele próprio formulada. Também não se explica por que *rua do Norte,* denominação conferida a logradouro situado na parte oriental da cidade! Talvez porque apontasse para o norte, todavia, de modo aproximado, de resto, como as demais "ruas" da trama ortogonal.

À falta de esclarecimentos sobre a decisão de Paulet (ou do próprio Governador Sampaio), não seria fantasioso acreditar que, já naquela época, a nova rua deveria servir de eixo diretor de um futuro crescimento da vila para o leste. Por tal razão, o programa de crescimento urbano imaginado por Farias talvez pretendesse materializar, quatro décadas depois, algum desejo tácito de seu mestre. Outro motivo do traçado decorreria possivelmente do intuito de facilitar os trabalhos de arruamento, considerada a proximidade da rua do Sampaio (do Norte) com o minúsculo centro comercial da cidade de então. Sobre o mais, por residir na própria rua (do Sampaio), Farias punha-se à vontade para melhor controlar as atividades profissionais, suas e de terceiros. A hipótese de visar à valorização do imóvel onde morava o arruador seria infundada, seja pelas dimensões da cidade, seja pelo sistema de relações capitalistas, bastante frágeis, que permeavam a economia urbana fortalezense à época.

Para a expansão oriental da cidade, Farias contava com os dois acessos que já cortavam o Pajeú. No caso, o beco do Pocinho e a travessa das Belas (depois da Assembléia e hoje, de São Paulo). Ambos os cruzamentos não se faziam em continuidade franca, já que os traçados preexistentes exigiam pequenos contornos.

No encontro da atual rua São Paulo com a rua Conde d'Eu (rua dos Mercadores), não havia caminho direto, como hoje, interceptado que estava, na própria travessa, por um arruamento irregular verificado quer na encosta, quer nas cotas mais altas, onde se implantavam, respectivamente, a Tesouraria Geral e "os quartos da Agostinha", estes, pouco tempo depois adquiridos pela Província, para construção do prédio da Assembléia Legislativa (atual Museu do Ceará). A planta de 1850 oferece idéia da embaralhada organização espacial dessa área, na época, bastante confusa à saída da rua da Assembléia (atual rua São Paulo), como bem descreve Studart: "Entre esse sobradinho e uma casa de palha (...), desemboca uma rua cheia de tortuosidades, que endireitada e modificada é a actual rua d'Assembléa". (STUDART, 1923:362).

Bem mais à frente, a jusante do riacho, havia outra passagem sobre o Pajeú, por certo, das mais antigas com que a cidade contava, localizada em ponto onde se iniciava a estrada do Meireles (Mucuripe), para cuja melhoria de acesso Simões Farias havia executado a ponte de que nos fala Studart. Essa estrada, de fato, um simples caminho arenoso (atuais ruas Rufino de Alencar e Monsenhor Tabosa), ladeava a cerca da ampla chácara da família Guimarães, propriedade vendida à Província uma década depois para sede do paço episcopal da diocese então criada. A estrada prosseguia até encontrar a capela da Conceição da Prainha, cujas obras, iniciadas uma década antes, ainda estavam por completar. Desse ponto, a estrada continuava para o leste, atingindo o Meireles, de onde prosseguia até o Mucuripe, desviando-se das dunas. No desenho de Farias, a capela da Conceição da Prainha, que aparece em frente de uma provável praça, acha-se representada por um quadrado de dimensões talvez exageradas (atual praça do Cristo Redentor), tendo ao sul a indicação de um retângulo, por certo referente a um pequeno cemitério anexo, posteriormente desativado. A igrejinha fora erguida no alto do outeiro, no encontro da estrada do Meireles com uma rua, já aberta, que vinha da praia (atual Almirante Jaceguai), ou melhor, que procedia da Prainha. A denominação Prainha designava um recanto menos bravio da praia, ao qual, por tal motivo, foram reservadas funções portuárias, en-

tão resumidas ao prédio da Alfândega e a um trapiche de madeira, que servia de precário embarcadouro. A Alfândega antiga (hoje, Capitania dos Portos) ficava situada na primeira das duas ruas sucessivamente ditas *da Praia*, depois conhecida por rua do Chafariz (atual rua José Avelino). Após algum tempo, com o recuo das marés, surgiu nova rua, paralela, para a qual foi transferido o nome de *rua da Praia*. Essa via, hoje também situada longe do mar, tem hoje o nome de avenida Pessoa Anta.

A fim de configurar a trama viária que se propunha, Simões Farias levantou um sistema de ruas paralelas, perpendiculares à rua do Norte e que deveriam ser cortadas por outras tantas "travessas" paralelas. Como roteiro de ação, tomando como ponto inicial das paralelas a esquina onde morava, Farias traçou uma rua que flanqueava a face sul da chácara da família Guimarães. Em seguida, levantou inúmeras ruas paralelas ("travessas"?) à cerca sul da chácara, diretriz norteadora do seu projeto. Uma dessas ruas de maior presença nascia na parede do açude do Pajeú, ponto de lazer passivo da cidade, melhoramento, entre outros, realizado durante a administração do Presidente Alencar (1834-1837), onde se passeava às noites de luar. Para além desse ponto, próximo da saída para a Messejana, a cidade se acabava, o que não impediu Farias previsse a continuação das ruas paralelas até bem mais adiante.

Na parte mais próxima do trecho antigo da cidade, a retícula se desenvolvia com extensão limitada, já que Simões de Farias projetou outro sistema de ruas paralelas, mas com ligeiro desvio angular em relação às anteriores, paralelas à rua do Norte. Entretanto, manteve no traçado a continuidade das "travessas", perpendiculares à rua do Norte, criando uma trama de longos quarteirões, com forma aproximada de losangos.

Não se consegue entender a razão da discreta dualidade imposta ao traçado. Nessa área a arruar, havia um caminho em diagonal que saía do açude do Pajeú, em direção às proximidades da igreja da Prainha, aberto para encurtar o trajeto ao porto e à estrada do Mucuripe. Esse caminho, por certo necessário à intercomunicação da periferia da cidade de então, não foi considerado por Simões e dele temos notícia, porque ainda se achava

assinalado na planta de Herbster, de1859, conquanto eliminado posteriormente.

Marcos urbanos significativos na cidade de 1850

Na planta de 1850, parece estranho o fato de não constar qualquer legenda indicadora, nem da nomenclatura urbana nem de edificações significativas, o que leva a uma atribuição muitas vezes conjetural dos usos dos prédios e dos espaços da cidade. Ainda assim, há condições de se identificarem alguns marcos urbanos importantes, alguns deles com a devida precisão.

É o caso da Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção, desenhada de modo meramente convencional. Nas proximidades da fortificação, notam-se ainda a matriz de São José, o quartel da tropa de linha, o pequeno prédio da Tesouraria Provincial. O largo do Paiol, terreno baldio onde seria instalado o Passeio Público, não mostra o pequeno edifício do paiol da pólvora, que ainda permanecia de pé, embora com funções já transferidas para o morro do Croatá. Algumas reentrâncias no alinhamento oriental da rua da Ponte (Alberto Nepomuceno) e da rua dos Mercadores (Conde d'Eu) parecem referir bicas de água extraída do vizinho Pajeú. A primeira delas, na rua da Ponte, em frente da Fortaleza, talvez fosse o chafariz mandado construir pelo naturalista Feijó nos tempos do Governador Sampaio.

Em termos de proporção com a realidade física, a praça Carolina[14] e a Praça Municipal (do Ferreira), afiguram-se - a primeira, muito estreita, e a segunda, bastante larga. Na praça Carolina, vê-se o mercado público, com seu pátio interno, obra projetada e

[14] A praça Carolina, espaço amplo, abarcava duas quadras. Praticamente desapareceu por conseqüência de inúmeras obras (Correios, Banco do Brasil e Palácio do Comércio) que nela foram construídas sob os olhos complacentes e prestativos da Municipalidade. Chamou-se praça José de Alencar, após o falecimento do romancista em 1877, mas sempre foi mais conhecida como praça do Mercado. A denominação Praça Carolina constituía uma homenagem à imperatriz Maria Leopoldina Josefa Carolina de Habsburgo, arquiduquesa da Áustria (1797-1826), primeira mulher de D. Pedro I.

construída por Paulet, tendo Simões Farias como auxiliar. A Praça Municipal já mostrava a forma retangular que ganhou após a eliminação do "cotovelo", ocorrida em 1842. Ainda se percebem, no canto sudoeste da praça, traços que denunciam a rua em diagonal que a cortava. Essa rua em diagonal, que formava o chamado "cotovelo", constituía uma das saídas da cidade para o interior, a "estrada de Arronches" (da Parangaba), hoje transformada nas avenidas da Universidade e João Pessoa.

Por razões desconhecidas, a planta de 1850 esquece alguns marcos urbanos significativos. Bastaria citar a omissão do cemitério de São Casemiro, implantado em 1844 e já utilizado em 1849, bem como do cemitério inglês, complementar. Também falta o contíguo Campo da Amélia, amplo vazio urbano, doado à cidade pela família do Brigadeiro Francisco Xavier Torres, a fim de servir como zona de exercícios da tropa da fortaleza da Assunção[15]. Ainda que o arruamento não ultrapassasse a rua Amélia (Senador Pompeu), um pequeno retângulo posto um pouco mais a oeste, na continuação da rua Municipal (Guilherme Rocha), deve indicar a futura igreja de Nossa Senhora do Patrocínio, cujas obras estavam começando naquele ano de 1850.

No desabitado trecho leste da cidade, como já se assinalou, aparecem a igreja da Conceição da Prainha e o cemitério anexo. Também se vê um quadrado, sem dúvida, referência à gleba, talvez já definida, onde pouco tempo depois, em 1855, começariam as obras de construção do Colégio dos Educandos. O terreno escolhido mostrava-se, porém, cortado por uma das futuras ruas, talvez porque estivesse fora do alinhamento preconizado por Farias.

[15] A rua da Amélia (Senador Pompeu) e o Campo da Amélia (a atual praça Castro Carreira, reduzida à metade da área original) homenageavam a imperatriz Amélia Augusta Eugênia Napoleão de Beauharnais (1812-1873), bela jovem francesa nascida em Milão, com quem o Imperador Pedro I se casou em segundas núpcias em 1829. A denominação de ambos os logradouros datava da época das núpcias.

A planta de Dom Manuel do Rego Medeiros

Como já foi assinalado, este artigo destina-se, antes de tudo, a divulgar a planta de delineada por Simões de Farias em 1850. Por tal motivo, são restritos os comentários gerais sobre a *Planta da cidade de Fortaleza, levantada no ano de 1856 pelo Padre Manoel do Rego Medeiros*, ora mencionada em vistas das evidentes ligações com o desenho de Farias. Em cópia ou em original, a planta de Dom Manuel do Rego de Medeiros integrava a coleção Studart, conforme assinala o historiador:

> *N.º 68 - Planta da cidade de Fortaleza. Feita pelo Padre Manoel do Rego Medeiros, 14 de Junho de 1856. / Pertence á minha Collecção.*
>
> *Nella figuram as ruas da Lagoinha (Tristão Gonçalves), do Patrocínio (General Sampaio), Amelia (Senador Pompeu), Formosa (Rio Branco), Palma (Major Facundo) com seu prolongamento – Rua do Fogo, Ruas da Alegria, da Pitombeira e das Bellas, que constituem hoje a Rua Floriano Peixoto, Rua Larga, que é a actual C.el Bezerril, Rua do Rosário ainda hoje com o mesmo nome, Rua dos Mercadores, chrismada depois com o nome de Conde d'Eu, Rua da Matriz, Rua do Norte, Rua S. José, Rua da Boa Hora, Rua da Palha, Rua do Oiteiro, Rua da Ponte, Rua do Chafaris e Rua da Alfandega.*
>
> *Manoel do Rego Medeiros, nascido de paes humildes na cidade do Aracaty, logrou cingir a mitra da egreja Pernambucana como substituto de D. João da Purificação Marques Perdigão. Governou-a apenas 7 meses e 24 dias e tinha a edade de 37 annos incompletos, pois nascera a 21 de Setembro de 1829. "Sua morte, escreveu o irmão, foi um mysterio, e este foi denunciado no Senado pelo illustre Senador Candido Mendes de Almeida.* (STUDART, 1923: 363-4).

Studart assinala ainda que Dom Manuel do Rego Medeiros (Aracati, 1829 – Maceió, 1866), filho de pai português, aluno do Seminário de Olinda, após curta permanência em Fortaleza, serviu no corpo eclesiástico do Exército e foi secretário particular de

Dom Antônio Macedo Costa, bispo do Pará. Seguiu depois para a Europa, havendo estudado em Paris e em Roma, onde obteve o título de doutor em direito civil e canônico. Sagrado bispo de Pernambuco em 1865, faleceu no ano seguinte (STUDART, 1913: 321).

A planta que chegou até nossos dias é uma cópia assinada por Guaraci de Lavor, com título e legendas redigidos em ortografia contemporânea, cópia, por sua vez, transcrita de outra cópia efetuada por Jaime Silva[16].

Os esclarecimentos sobre a planta de Dom Manuel do Rego Medeiros, apresentados pelo Barão de Studart, poupam comentários alongados. Resta saber por que motivo Medeiros, então um jovem e desconhecido padre, faria desenhar ou mandaria redesenhar a planta de Simões de Farias, atualizando-a e mostrando, como ruas abertas e já com denominações próprias, vias que estavam apenas sugeridas pelo arruador oficial da Câmara!... No fim de contas, ao quanto se saiba, o sacerdote, de meteórica e brilhante carreira eclesiástica, era figura de formação intelectual completamente alheia a atividades ligadas à intervenção física na cidade. Seria o caso, portanto, de se perguntar se os contatos com uma cidade como o Recife, enormemente maior do que a Fortaleza da época, teriam levado o Padre Medeiros a se envolver com devaneios gráficos, inspirados pela planta de Simões de Farias?

O autor decidiu anexar a este artigo uma cópia da planta do padre Medeiros, a fim de que melhor se possa compará-la com aquela tirada por Simões Farias. Pede atenção para as três ruas, paralelas entre si e à já antiga rua do Norte, vias jamais abertas, mas indicadas no desenho elaborado pelo futuro bispo de Olinda sob a denominação de ruas do Outeiro, da Palha e da Boa Hora! Vale observar que entre as ruas da Palha e da Boa Hora se nota um quarteirão praticamente ocupado por uma edificação de vulto. Seria uma representação do Colégio dos Educandos, prédio inaugurado

[16] Os nomes de Guaraci de Lavor e de Jaime Silva demonstram tratar-se de desenhos relativamente recentes. O autor deste trabalho conheceu ambos os responsáveis pelas cópias, em particular, Jaime Silva, desenhista da Prefeitura, que cultivava o hábito de sempre se apresentar usando gravata borboleta.

um ano após a elaboração da planta do padre Medeiros, mas com obras já iniciadas no ano anterior, em 1855?

Pouco mais de uma década depois, o Colégio dos Educandos seria cedido às Irmãs de Caridade, francesas, chegadas à cidade na ocasião. Transformou-se, logo então, no Colégio da Imaculada Conceição, conjunto arquitetônico onde, bastante ampliado, até hoje funciona a sede da congregação religiosa. O Colégio dos Educandos figura no desenho, todavia, em posição totalmente alheia à realidade, como se pode comprovar com o fato de que o quarteirão, onde se encontra implantado o Colégio da Imaculada, deita a frente para a avenida Santos Dumont, via aberta posteriormente e que, como se sabe, corre na direção leste-oeste. Assim, de modo algum corresponderia à posição com que aparece indicado na planta do padre Medeiros.

A Fortaleza de 1845

A Fortaleza de 1845 é uma descrição da pequena cidade de há um século e meio, publicada em seguidos números do jornal *Unitário*, em 1903. Encontra-se transcrita na *Revista do Instituto do Ceará*, tomo 72, de 1958, acompanhada de notas redigidas por João Nogueira em data bem anterior à republicação do texto. O trabalho apareceu em *Unitário* assinado por *Outro Aramac*, que é um anagrama de Outro Câmara, sem dúvida, pseudônimo do cronista João Brígido dos Santos (1829-1921), proprietário e redator chefe do jornal. Brígido, com dezesseis anos em 1845, deve ter recorrido à sua prodigiosa memória mas também ao testemunho de terceiros, contemporâneos dos fatos, não se descartando a hipótese de haver consultado as plantas de Simões de Farias e do padre Medeiros.

A descrição física da cidade em 1845 corresponde à planta de 1850, todavia, dando-lhe vida e calor humano, impossíveis à frieza da representação gráfica. Refere as ruas da cidade, quarteirão por quarteirão, e nomeia a localização dos órgãos públicos bem como moradas e pontos comerciais de maior relevo.

Tentar um rebatimento das informações constantes do texto de *A Fortaleza de 1845* sobre a planta de 1850 seria um dos desejos do autor, não fossem as normas editoriais da *Revista do Instituto do Ceará*. Por tal razão, os comentários mínimos, ora apresentados, limitam-se unicamente a evidenciar indicações constantes da descrição da cidade de 1845 e omitidas na planta de 1850.

Como nota de interesse, transcrevem-se as observações concernentes à rua do Norte, então já mais conhecida por rua do Sampaio:

> *Rua do Sampaio. Era uma rua abortada, começada no bairro do Outeiro, não tendo mais do que 4 pequenas casas do lado oriental, estando o lado ocidental sem nenhuma edificação, salvo alguns quartos no fundo da casa de residência do vigário Alencar.* (OUTRO ARAMAC, 1958: 239-40).

Como se vê, não consta o nome de Simões de Farias, que seria morador da rua, segundo o Barão de Studart. A única referência feita a pessoas recai no padre Augusto Carlos Peixoto de Alencar, cuja casa mantinha frente para a rua dos Mercadores, com quintal voltado para a rua do Sampaio.

A Fortaleza de 1845 admitia que a população da cidade andava em volta dos 4.200 habitantes (*op.cit.*: 230). Na cidade, a presença lusitana era marcante, visível no quotidiano e no comando das mais diversas atividades. *Outro Aramac* relaciona uma centena e meia de portugueses que viviam integrados à vida fortalezense[17]. Surpreendentemente, na lista dos membros da poderosa colônia lusitana, não cita o nome de Simões de Farias, nem

[17] Caso se considere que, entre os 4.200 fortalezenses, talvez uns 3.600 (cifra elevada) tivessem condições razoáveis de participar da cidade espacialmente organizada e se tomada uma média (baixa) de seis habitantes por morada, os habitantes da Capital se congregariam em umas 600 famílias, das quais 150 seriam dirigidas por portugueses. Haveria uma relação de uma família de pai português para cada quatro famílias da cidade, o que explicaria tradições, vocábulos, torneios verbais marcadamente lusitanos, comuns em uma Fortaleza hoje desaparecida.

como construtor nem como funcionário da Câmara, fato estranho, porque se tratava de morador antigo e figura por demais conhecida na cidade.

Outro Aramac relaciona três das chamadas "Cacimbas do povo" (localizavam-se em praças públicas), no Pocinho, na Lagoinha e na Jacarecanga, todas omitidas na planta de Simões de Farias. Talvez fossem meras escavações, sem paredes de revestimento, ainda em abertura na ocasião, exatamente em 1845, ano de terrível seca. Entregues à própria sorte por algum tempo, somente por volta e depois de 1857, as várias cacimbas públicas da cidade foram revestidas com aduelas portuguesas de pedra de lioz, proporcionando-lhes higiene e segurança contra desmoronamentos. A propósito, deve-se lembrar que a planta de 1850 não cita a Lagoinha, que tanto aparece mencionada na *Fortaleza de 1845* como indicada na planta do Padre.

Nem a planta de 1850 nem a *Fortaleza de 1845* citam a rua da Cadeia (General Sampaio). As obras da nova casa de detenção se iniciaram em 1850, mas já se mostravam avançadas em 1856, quando da elaboração da planta do padre Medeiros, na qual consta a nova "Cadeia".

A *Planta Exacta da Capital do Ceará*, de Adolfo Herbster

A aposentadoria de Simões Farias e as mutações que a cidade enfrentava levaram a Província a contar com os serviços profissionais do engenheiro Adolfo Herbster (Recife, 1826 – Fortaleza, 1893), integrante da Diretoria de Obras de Pernambuco, cedido ao governo provincial do Ceará em 1855. Dois anos depois, Herbster firmou contrato com a municipalidade fortalezense, no cargo de "arquiteto da Câmara", logo lhe sendo solicitado elaborar uma planta da cidade. Os trabalhos de levantamento e desenhos ficaram concluídos e foram entregues em abril de 1859, pouco após do falecimento do boticário Ferreira, que aliás havia acompanhado a execução da planta. A denominação *Planta Exacta da*

Capital do Ceará comprovava a necessidade do preparo de um demonstrativo fiel de uma realidade física, tarefa de que Herbster se desincumbiu magistralmente.

Este artigo não se propõe analisar a planta de Herbster nem cotejá-la com aquela organizada por Simões Farias. Tenciona, porém, mencionar cometimentos solicitados ao arquiteto da Câmara na década de 1860, os quais, por esta ou por aquela razão, o induziram a propor a forma urbana pela qual, direta ou indiretamente, a cidade de fato se desenvolveu de modo totalmente diverso daquele sugerido por Simões de Farias.

O plano de Herbster foi implantado em duas etapas, segundo intervenções ambas solicitadas pela Câmara Municipal.

Na primeira etapa, verificou-se a abertura de um correr de "ruas largas", isto é, ruas com 100 palmos de largura (22 metros), dispostas por Herbster segundo um circuito de "boulevards" – as atuais avenidas do Imperador, Duque de Caxias (logo prolongada para leste) e Dom Manuel. Essas avenidas, que ainda hoje sustentam o tráfego motorizado no centro da cidade, estabeleceram um modelo de secção de vias urbanas fortalezenses, seguidamente aplicado pela Prefeitura e que continua em voga até os presentes dias...

A segunda etapa dos trabalhos traduziu-se pela formulação de um plano de expansão, apresentado por Herbster em 1863. O plano previa a continuação do reticulado de Paulet, então já aumentada, o qual deveria ampliar-se consoante a forma de um trapézio, cuja face sul acompanhava a linha de cotas mais altas (24,00m), tomadas como divisor de águas entre a chamada bacia atlântica e a bacia do rio Cocó (rua Antônio Pompeu). Para o poente, o trapézio terminava em uma avenida (Filomeno Gomes / Padre Ibiapina) desenvolvida diagonalmente à retícula da malha, avenida a qual, nascendo à beira-mar, na Jacarecanga, atingia a praça de São Sebastião. Para o leste, Herbster tomou como vetor de expansão a futura avenida Duque de Caxias, estendendo-a até um ponto de onde pudesse traçar uma via perpendicular (a atual avenida Dom Manuel), que tangenciasse a face oeste da capela de Nossa Senhora da Conceição da Prainha. Com origem nesse sistema de eixos ortogonais (Heráclito Graça / Dom Manuel), projetou

novo quadriculado, que depois se alastrou, origem do traçado do bairro da Aldeota. Na ocasião, a malha ortogonal se detinha na atual João Cordeiro, que servia de face leste do trapézio.

Como se vê, Herbster desprezou o arruamento preconizado por Simões Farias, evitando cortar o Pajeú em trechos centrais, já ocupados por casario. O acesso à expansão proposta fez-se, portanto, pela continuação da avenida Duque de Caxias, a atual avenida Heráclito Graça. A solução, sem dúvida, visava a contornar o riacho, cruzado pela avenida Dom Manuel e suas paralelas em trecho já distante da foz, em ponto de menor largura e de menor declividade nas margens.

O plano de Herbster se estendia, em malha contínua, portanto, da rua João Cordeiro à praça do Liceu. Preservava o bolsão central, de traçado espontâneo, nascido ao longo do Pajeú, nos primórdios da vila, em dias bem anteriores à proposta de Paulet. Essa interrupção no traçado das ruas leste-oeste explica a ajuste feito posteriormente nas extensões de algumas das ruas que do centro da cidade demandam a Aldeota. Assim, a rua Visconde de Sabóia (continuação da rua São Paulo), terminou de modo abrupto no muro da igreja do Pequeno Grande, construída em quarteirão já traçado de acordo com o plano de Herbster (ou que o motivou), enquanto o beco do Pocinho e a rua Pedro Pereira ligaram-se, respectivamente, à avenida Santos Dumont e à rua Pinto Madeira, por meio de "cotovelos".

À guisa de demonstração das diferenças entre os dois traçados e para melhor julgamento dos dois projetos, o sugerido e o executado, foram superpostas duas das linhas diretoras do traçado de Herbster à planta de Farias, esta ampliada na parte leste da cidade e anexa ao texto

Considerações finais

A apresentação desta matéria relativa à planta fortalezense de 1850 teve como escopo três objetivos:

• Tornar público um documento de alto interesse para a história da forma urbana fortalezense, divulgado quase em se-

guida à sua redescoberta e identificação. A publicação de documentos cearenses constituía um dos objetivos fundamentais da *Revista do Instituto do Ceará*, programa cumprido ainda em boa parte da primeira metade do século passado, porém, por algumas razões hoje quase esquecido..

• Prestar uma comovida homenagem póstuma ao professor Geraldo da Silva Nobre, polimórfica expressão da cultura cearense contemporânea, amigo certo e declarada admiração intelectual do autor deste trabalho. Da falta de Geraldo Nobre da Silva ressentem-se todos aqueles que tiveram a superior condição de privar com sua presença, em que avultavam a integridade moral, a ética, a modéstia, a solidez do conhecimento, o permanente interesse na busca, na divulgação e na interpretação de fontes historiográficas primárias do Ceará.

• Reverenciar o Barão de Studart, dedicando-lhe este artigo que constitui um modesto preito pessoal "à enciclopédia viva do Ceará", "ao maior historiador que a história regional já produziu no Brasil"[18], cuja obra sólida tornou-se consulta obrigatória a todos aqueles que se debruçam sobre os diferentes aspectos do passado cearense. Nenhum outro modo encontrou o autor deste trabalho, arquiteto e urbanista de profissão, de reconhecer o quanto lhe merece a obra historiográfica de Guilherme, Barão de Studart. Como maneira de saldar uma dívida cultural reconhecida, tem procurado desenvolver incansável esforço em favor da gradativa recomposição da desaparecida coleção cartográfica de Studart, infelizmente até agora resgatada parcialmente.

As Revistas do Instituto do Ceará, como é sabido, correspondem a ciclos de atividades que se encerram com o ano respectivo. Assim, ao incluir este trabalho no tomo CXIX da Revista, alusivo a 2005, o autor adianta, em menos de uma semana, sua participação nos festejos comemorativos do 150º aniversário de nascimento do historiador, que transcorrerá em 5 de janeiro próximo.

[18] Julgamento do historiador José Honório Rodrigues (RODRIGUES, 1959: 34, 39) nos comentários introdutórios ao seu *Índice Anotado da Revista do Instituto do Ceará*, quando analisa a obra do Barão de Studart, sobre a qual externa entusiasmadas e elogiosas referências.

Referências bibliográficas

CASTRO, José Liberal de. *A Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção da Capitania do Ceará Grande.* Pleito de tombamento da fortificação ao IPHAN. Fortaleza, 2005 (impressão limitada).

___Arquitetura Eclética no Ceará. *In: Ecletismo na Arquitetura Brasileira* (org. Annateresa Fabris). São Paulo: Nobel; Edusp, 1987, p. 208-255.

___Cartografia cearense no Arquivo Histórico do Exército. *Revista do Instituto do Ceará,* Fortaleza, t. 111, p. 9-79, 1997.

___Contribuição de Adolfo Herbster à forma urbana da cidade da Fortaleza. *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, t. 106, p. 43-90, 1994.

CATÁLOGO da Exposição de História do Brasil [Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro]; introdução de José Honório Rodrigues (1913 -); apresentação pelo Dr. Benjamin Franklin Ramiz Galvão (1846-1938). Brasília: UnB, 1981, 3v. Coleção Temas Brasileiros, 10. Versão original reprodução [fac-similada] da edição de 1881.

CATÁLOGO da Exposição de História do Brasil. Bibliotheca Nacional. Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger & Filhos, 1881, 2v.

CATÁLOGO das Cartas Geographicas, Hidrographicas, Atlas, Planos e Vistas existentes na Biblioteca do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro. Rio de Janeiro, Perseverança: 1885.

GIRÃO, Raimundo. O Barão de Studart e a historiografia cearense. *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, Tomo Especial, p. 17-35, 1956.

LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*, t 3. Lisboa: Portugália; Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1943.

OUTRO ARAMAC [Brígido dos Santos, João (?)]- A Fortaleza de 1845. *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, t. 72, p. 230-256, 1958.

RODRIGUES, Francisco de Assis. *Diccionario technico e historico de pintura, esculptura e gravura*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1875.

RODRIGUES, José Honório. A historiografia cearense na Revista do Instituto do Ceará. *In: Índice anotado da Revista do Instituto do Ceará do tomo 1 ao 68*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 1959.

STUDART, Guilherme. *Datas e Factos para a História do Ceará.* Fortaleza: Typographia Studart, 1896.

___*Diccionario biobibliographico cearense.* Fortaleza: Typo-lithographia a vapor, 1913.

___ Geographia do Ceará. *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, t. 37, p. 160-384, 1923.

___*Geographia do Ceará.* Fortaleza: Minerva, 1924.

___*Resenha de cartas e mappas do Ceará.* Fortaleza: Minerva, 1906.

___Resenha de cartas e mappas do Ceará. *Revista da Academia Cearense*, Fortaleza, p. 65-136, 1906.

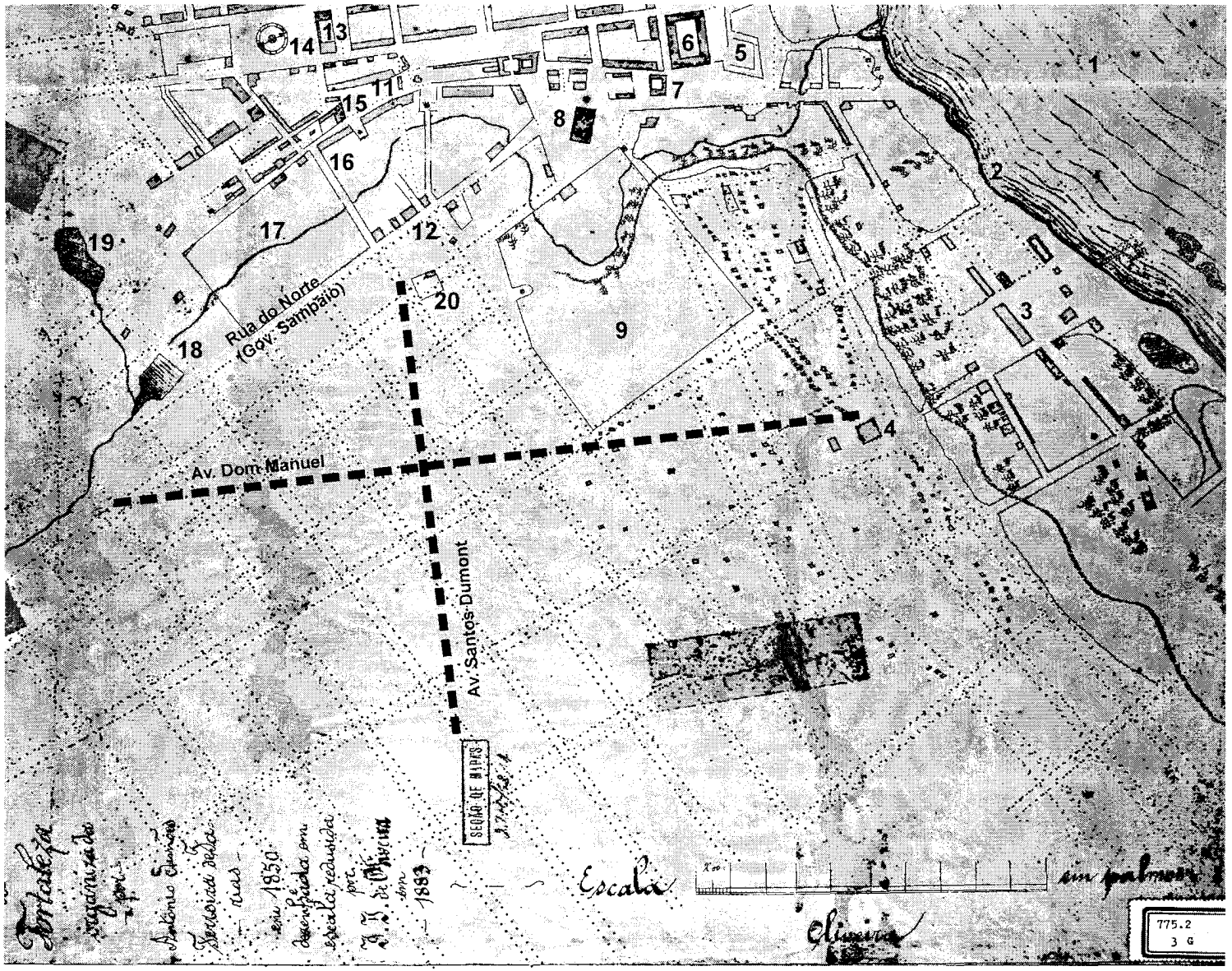
***

Resumo

Este trabalho objetiva apresentar e comentar uma planta da cidade da Fortaleza, elaborada em 1850 por Antônio Simões Ferreira de Farias, arruador da Câmara Municipal. Trata-se de cópia de importante documento que constava, sob número 64, da mapoteca, dita Collecção Studart. *Esse precioso acervo cartográfico pacientemente reunido pelo Barão de Studart, composto por 162 cartas, desapareceu completa e misteriosamente após o falecimento do historiador. A planta de Simões de Farias assinala um traçado urbano proposto para ampliação da parte leste da cidade, porém não consumado, pois prevaleceu o plano oferecido por Adolfo Herbster, pouco mais de uma década depois.*

Abstract

This work intends to present and to comment upon a city map of Fortaleza prepared by Antônio Simões Ferreira de Farias, in 1850, 'street delineator' of the City Chamber. This map was referred to as number 64 in the Studart Collection. This precious cartographic archive was formed by 162 documents, paciently collected by Guilherme Studart, unfortunatly desappeared after his death. Farias proposed an urban gridiron plan to the east part of town, although not developed. In fact, a new gridiron plan designed by Adolfo Herbster was implemented ten years later.



LEGENDA

1. Oceano atlântico
2. Prainha
3. Alfândega (Capitânia dos Portos)
4. Igreja da Conceição da Prainha
5. Fortaleza da Assunção
6. Quartel da Fortaleza
7. Tesouraria Provincial
8. Matriz de São José (futura Sé)
9. Chácara Guimarães (futura sede episcopal)
10. Praça Carolina / Mercado Público
11. Tesouraria Geral
12. Residência de Simões de Farias
13. Câmara Municipal e Cadeia
14. Praça Municipal (do Ferreira)
15. Igreja do Rosário, Palácio e Largo do Palácio (Praça General Tibúrcio)
16. Rua do Cajueiro (Beco do Pocinho)
17. Riacho Pajeú
18. Açude do Pajeú
19. Lagoa do Garrote (Parque da Liberdade)
20. Futuro Colégio dos Educandos (hoje Colégio da Imaculada Conceição).

Ampliação do trecho leste da Planta da Cidade de Fortaleza organizada por Antônio Simões Ferreira de Farias.

Em face das dificuldades de reprodução das linhas pontilhadas mostradas na planta, indicadora do traçado de ampliação oriental da cidade, o autor deste artigo se permitiu recobri-los com linhas de pontos bastante acentuados, a fim de tornar mais visível a proposição urbanística de Simões de Farias. Também se surperpôs à malha de Farias o atual cruzamento ortogonal das avenidas Santos Dumont e Dom Manuel, aplicado por Herbster, origem do sistema de vetores que orientaram o desenvolvimento do bairro da Aldeota.

Planta da Cidade de Fortaleza levantada no ano de 1856 pelo padre Manuel do Rego Medeiros.

Cópia de Guaraci de Lavor / Jaime Silva, PMF.

Planta da Cidade de Fortaleza organizada por Antônio Simões Ferreira de Farias em 1850. Desenhada em escala reduzida por J. J. de Olivera em 1883.

Original da cópia guardado no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.